

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 034

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE ABRIL DE 2000**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Fernando Ribas Carli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Na condição de líder do PTB, informo a Vossa Excelência que, em substituição ao nobre Deputado

Ricardo Chab para composição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a adulteração de combustíveis, indico o ilustre deputado Beto Richa.

Certo de contar com a sua compreensão.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PTB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 576**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 077/00, relativo à Mensagem Governamental nº 007/00, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo em anuir permuta de imóveis proposta pelo município de Toledo.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 565**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por dez sessões do Projeto de Lei 097/99 que autoriza o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária, e para melhor análise técnica.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

**REQUERIMENTO Nº 575**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez sessões do Projeto de Lei 082/99, item 09, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Augustinho Zucchi, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 560**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o adiamento de discussão e votação do Projeto de Lei nº 59/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que isenta os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação das taxas de registro imobiliário, para a Sessão Plenária do dia 17 de abril do corrente ano (segunda-feira).

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 574**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**REQUERIMENTO Nº 561**

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Atas dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Leonor Lourenço Santos, aos 61 anos de idade, ocorrido no dia 27.03.2000, em Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) RICARDO CHAB

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu aos 61 anos de idade, em Agudos do Sul, nascida em 21.07.1938.

Foi casada com senhor Miguel Antunes Filho, já falecido, deixou 01 filha: Rosilda Lourenço Pereira com 36 anos.

Teve uma vida dedicada a família e a sua profissão, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

Era enfermeira aposentada, deixou saudades na comunidade em virtude do trabalho social que desenvolvia, ajudando creches, com doações, realizações de festas de final de ano.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Leonor Lourenço dos Santos Antunes, enviando votos de profundo pesar para o senhor João Maria de Lima Santos, residente à Chácara Lourenço, Estrada Nova, CEP 83850-000, Agudos do Sul, Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 570**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor João Custódio dos Santos, falecido no último dia 09 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 571**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família

do senhor Aldemiro Basso, falecido no último dia 04 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 578**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor José Azevedo Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lobato, Rua Antonio Coletto, 1260 - Lobato/PR), falecido em data de 08.04.2000, naquele município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu em data de 08 de abril do corrente, no município de Lobato, o senhor José de Azevedo Rodrigues, Região Noroeste do Estado.

Vítima de acidente automobilístico, o senhor José de Azevedo Rodrigues não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer no município de Londrina, deixando viúva a senhora Maria do Carmo Rodrigues e os filhos: Luciana Azevedo Rodrigues, Luiz Augusto Rodrigues e Fernando José Rodrigues.

Nascido em 18.09.51, o senhor José de Azevedo Rodrigues era vereador no município de Lobato, onde era muito querido por toda a população. Pessoa de hábitos simples, muito trabalhador, o Zezão, como era conhecido por todos deixa muitas saudades não só entre os seus familiares, mas em todos os lugares por onde passou - sua alegria constante contagiava a todos.

À família enlutada, sua esposa, senhora Maria do Carmo, seus filhos, recebam, através do senhor Antonio Carlos Rodrigues (prefeito municipal de Lobato/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 580 A**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Nilda de Souza Zanni, falecida no último dia 31 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 572**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor Altair Zeniewicz, com votos de congratulações, pela passagem do 36º aniversário do município de Capitão Leônidas Marques, no próximo dia 28 de abril do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao senhor vice-prefeito e vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Capitão Leônidas Marques teve sua colonização oriunda de pessoas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A primitiva denominação foi Aparecida do Oeste e seus primeiros moradores foram as famílias de Ângelo Magnabosco, João Rute Schmidt e irmãos, Primo Guratto, Sestílio Dalavalle e Silfredo Simão.

O núcleo de Aparecida do Oeste foi elevado à categoria de município, passando a se chamar Capitão Leônidas Marques, com território desmembrado do município de Cascavel.

O nome do município foi uma homenagem ao militar capitão Leônidas Marques, representante do governo do Estado na solução de problemas fundiários no Sudoeste paranaense. Etimologicamente, Leônidas origina-se do grego Leonídas de leon...leão.

A proposição deste parlamentar visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor Paulo Santiago, com votos de congratulações, pela passagem do 8º aniversário do município de Cruzeiro do Iguaçu, no próximo dia 26 de abril do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao senhor vice-prefeito e vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Até o início da década de cinquenta, o acesso, para o que é hoje a cidade de Cruzeiro do Iguaçu, era feito somente à cavalo, cortando picadas na mata, ou pelo leito dos rios. Mesmo assim, enfrentando todo tipo de dificuldades, muitas famílias ali se estabeleceram, dentre as quais, as de Atílio Francisco Major, Arcênio Gonçalves de Azevedo, Francisco Leôncio, Idolino Navarini e Atílio Vieira. Nesta época, diversas companhias colonizadoras se embrenharam na mata com o objetivo de medir e demarcar terras.

Segundo a tradição popular, na localidade haviam muitas cobras e certa vez, o pioneiro Atílio Vieira abateu um desses ofídios, popularmente conhecida por Urutu Cruzeiro e a levou até a bodega do senhor Arcênio Gonçalves de Azevedo, onde disse: “aqui é a capital do cruzeiro”. A partir desta data, a localidade passou a ser

denominada Cruzeiro. O termo “iguaçu” foi acrescentada para diferenciá-la de cidade homônima, existente no Estado de São Paulo.

A proposição deste parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Ocepar (Avenida Cândido de Abreu, 501 - Curitiba) pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, em data de 30.03.2000, empossou sua nova diretoria para um mandato de três anos, que ficou assim constituída:

Presidente	João Paulo Koslovski
Vice-Presidentes	Luiz Roberto Baggio
	Ari Antônio Reisdorfer
	Valter Vanzella
	José Aroldo Gallassini
	Franke Dijkstra
	Orestes B. M. Pullin
	Eliseu de Paula
	Johan Van Arragon
	Fábio Rosso
	Almir Montecelli
	Anfredo Lang
	José Jardim Júnior
	Valdir Gehlen

Pela posse, recebam todos os membros da Ocepar, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de parabéns ao prefeito do município de Cidade Gaúcha, Gilberto Pedro Aita, pela inauguração da nova sede da Prefeitura Municipal do município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 566**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de parabéns ao prefeito do município de Tapejara, pelas festividades do 36º aniversário do município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 567**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de parabéns ao prefeito do município de Ivaté, Dario Benedito Anselmo de Souza, pela inauguração do Hospital Municipal do Município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 568**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de parabéns ao prefeito do município de Vila Alta, Marcos de Paula Faria, pela entrega da Vila Rural no município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 569**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de parabéns ao prefeito do município de Araruna, Antonio de Jesus Rorato, pela entrega da Vila Rural e de casas populares no município.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 563**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, solicitando providências para o IPE, ou Parana Previdência, possam possibilitar a prestação de assistência médico-hospitalar e laboratorial ao funcionalismo público estadual.

O funcionalismo se sente prejudicado, pois a contribuição compulsória, descontada em seus vencimentos, recentemente reajustada, e dirigida antes ao IPE, e agora ao Parana Previdência, não garante aos mesmos os direitos ou benefícios oriundos desta contribuição.

Vários são os hospitais que já pediram seu descenciamento, inúmeros laboratórios de análises clínicas

que romperam seus convênios, intervenções cirúrgicas realizadas com recursos próprios e que ainda não foram ressarcidas.

Professores, policiais civis, militares, rodoviários, o funcionalismo como um todo no Estado, sente-se desamparado no que diz respeito à sua saúde. Se há necessidade de tratamento prolongado ou internamento, os mesmos não dispõem de recursos para dispendar, seja em seu domicílio ou na Capital do Estado, onde teriam gastos com viagens, hospedagem e permanência, além dos gastos relativos ao tratamento de saúde. Têm ainda como agravante, o não reajuste de seus salários, há mais de cinco anos.

Sendo assim, pode-se afirmar que o funcionalismo está relegado ao descaso, pois sua contribuição ao Estado de nada serve quando os mesmos necessitam de atendimento a si e aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 562**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excentíssimo senhor Antônio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura, solicitando informações sobre a reestruturação da Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo conhecimento de que existe um processo de reestruturação da Codapar que levaria à extinção do seu parque de máquinas e à atual remodelação da sua estrutura, venho solicitar as seguintes informações:

- tipos de máquinas, quantidade, ano de fabricação e estado de conservação;

- se já existe algum processo elaborado no sentido de reestruturação e

- se está sendo estudada a viabilidade de leiloar ou de dar em comodato a entidades ou municípios.

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

**Projeto de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 113/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, referidas no § 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os

fatos determinados que tenham dado origem a sua formação.

Art. 2º - No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Tribunal de Contas, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências que reputarem necessárias;

III - requerer a convocação de secretários de Estado, funcionários e servidores públicos;

IV - tomar depoimento de quaisquer autoridades, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar informações, documentos, aparelhos e equipamentos de propriedade do Estado do Paraná;

V - os membros da comissão poderão deslocar-se a qualquer lugar do território nacional, para a realização de investigações e audiências públicas.

Parágrafo Único - É fixado em 30 (trinta) dias, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado prestem as informações e encaminhem os documentos solicitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 3º - O ato de intimar testemunhas, bem como de solicitar informações e documentações é exclusivo do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, após deliberação da plenária da comissão.

Art. 4º - O não comparecimento a convocações e intimações, sem justificção, como também a não prestação de informações e o não atendimento às solicitações da CPI, nos prazos previstos, de secretário de Estado, de qualquer servidor público da administração direta ou indireta, como, também, de qualquer cidadão brasileiro, importa em crime de responsabilidade, na forma definida pela legislação vigente.

Parágrafo Único - Na ocorrência do disposto neste artigo, o presidente solicitará a intervenção do Poder Judiciário.

Art. 5º - O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao disposto nesta lei e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código de Processo Penal.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei disciplinar o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito,

constituídas pelo Poder Legislativo para averiguar assuntos da maior importância, com reflexos que abrangem a vida do nosso Estado.

Encontramos dispositivos disciplinadores da matéria tanto na Constituição Federal, como na Estadual, e também no Regimento Interno desta Casa. Vale salientar que todas as CPI's já instaladas valeram-se da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952, para nortear os seus trabalhos. Por isso estamos apresentando o presente projeto visando facilitar o ordenar os trabalhos de Comissões Parlamentares de Inquérito, assegurando tanto quanto for possível a agilização e aperfeiçoamento de seus trabalhos, procurando com isso a valorização o Poder Legislativo e dignificando o deputado estadual com assento nesta Assembléia Legislativa do nosso Paraná.

Para que este caminho se desenrole a contento faz-se mister discipliná-lo, estabelecendo seu andamento de forma prática e coerente.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos passa-se à Ordem do Dia.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, meu nome está na CPI dos combustíveis. Gostaria que o presidente desta Casa substituisse o meu nome.

Estou encaminhando inclusive solicitação ao líder do meu Partido e eu gostaria que meu Partido indicasse um outro nome para fazer parte da CPI que vai investigar adulterações, falsificações de combustíveis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência convoca os senhores deputados abaixo relacionados, para a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, após a sessão, na Sala das Comissões, deputado Edson Strapasson, deputado Algaci Tulio, deputado Tiago Amorim, deputado Fernando Ribas Carli, deputado Sérgio Spada, deputado Neivo Beraldin, deputado Chico Noroeste, deputado Geraldo Cartário, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Edgar Bueno e deputado Ricardo Maia.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu só queria pedir a compreensão de Vossa Excelência porque às 15h30min, eu devo estar no Palácio para fazer a entrega ao governador do relatório da Comissão Especial do Governo do Estado, que também tratou da questão do narcotráfico.

Tenho impressão que isso deverá demorar até as 16 horas esta reunião que é o horário que acredito devo estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito, às 16 horas então, atendendo ao pedido de Vossa Excelência.

Faremos de igual maneira a reunião da instalação da CPI dos supermercados e da CPI dos combustíveis. Estas três comissões nós as instalaremos hoje, as outras duas amanhã.

Há requerimento do deputado Fernando Ribas Carli requerendo a diminuição do interstício para realização de sessão extraordinária logo após a sessão ordinária para apreciação de matéria. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Queremos reforçar a posição do PMDB, do PT e do PDT com relação as CPI's. Continuamos firmes contrariando essas CPI's que foram criadas aqui na Assembleia. A informação que foi colocada na imprensa não corresponde com a nossa opinião. Não há porque Vossa Excelência reiterar na imprensa que nós não conhecemos o Regimento Interno.

A nossa posição é firme, única que não iremos participar das CPI's, porque para nós há assuntos mais importantes para serem debatidos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero dizer que entendi desde o começo. Aliás recebi por escrito um comunicado dos partidos da Oposição que não fariam parte das comissões, senão a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado. Ocorre que tão logo terminada a sessão ontem o deputado Irineu Colombo inquiriu se poderia, no meio do caminho participar das comissões. Respondo que era impossível, porque o regimento é bem claro. Está esclarecido e lamento profundamente que Vossas Excelências se neguem a participar.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Gostaria de contribuir com Vossa Excelência o deputado Nereu Moura.

O aspecto que é polêmico é que ontem chegaram denúncias para nós sobre combustível e abastecimento.

Falamos à imprensa que iremos colher essas denúncias e levar à CPI, isso não implica na nossa participação. A segunda interpretação é se não indicarmos os membros isso é ponto pacífico entre a Mesa e a Bancada da Oposição, o Regimento Interno é omissivo. Portanto na omissão prevalece a decisão da Mesa. Naquele momento havia inquirido a Mesa se ficaria a vacância ou não. Nós como oficiamos não participar, mas as denúncias que a nós forem confiadas entregaremos a devida comissão e poderemos, inclusive, participar com voz para apresentar denúncias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Expediente subscrito pelo senhor deputado Ademar Traiano na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a adulteração de combustíveis. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 574 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente, requerendo a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/99, de autoria do deputado Beraldin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Genésio Gabriel Gava. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 440/99  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Genésio Gabriel Gava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 549/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran do município de Paraíso do Norte. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 549/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a criar, no município de Paraíso do Norte, a Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito.

Parágrafo Único - A Ciretran de Paraíso do Norte, terá área de abrangência compreendida pelos municípios de Nova Aliança do Ivaí, Mirador, Tamboara e São Carlos do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 649/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovado.**

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/99, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado *post mortem* ao doutor Fernando da Gama e Souza. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece plano de comprometimento da renda para contratos de financiamento habitacional pela Cohapar e Cohabs, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 026/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo estabelecer Plano de

Comprometimento da Renda para contratos de financiamento habitacional pela Cohapar e Cohab's, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 26/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo, estabelecer planos de comprometimento de renda para contratos de financiamento habitacional pela Cohapar e Cohab's.

Após análise da matéria em epígrafe, esta Comissão concluiu, que trata-se de projeto de lei, contendo elevado teor social, salientando-se que o mesmo promove adequações dos mutuários em relação da realidade sócio-econômica verificada em nosso país.

Em função das informações supra citadas, o nosso Parecer é Favorável, não havendo óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 059/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que isenta os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação das taxas de registro imobiliário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **(Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 059/99

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 059/99, de autoria do deputado Péricles Holleben de Mello, isenta os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação das taxas de registro imobiliário.

O valor das custas e emolumentos no registro de imóveis é bastante significativo para a população de baixa renda, chegando a representar dez por cento do valor do imóvel.

Principalmente no sistema de auto-construção, quando o mutuário adquire o terreno em prestações e financia o material de construção e a própria mão-de-obra, uma casa popular é construída a custo baixo, mas o registro e a averbação desse imóvel no Cartório de



Registros Públicos inviabiliza a regularização da situação jurídica de moradias para a população de baixa renda.

Ressalte-se que o valor de custas e emolumentos é pago à vista e chega a representar o valor de um salário mensal do mutuário, cujas prestações da casa própria são valores baixos.

O Sistema Financeiro da Habitação - SFH - possui recursos escassos e as Companhias e Cooperativas Habitacionais e entidades assemelhadas é que estão movimentando recursos próprios no sentido da construção de casas populares. O projeto de lei em análise não contempla a isenção para os financiamentos feitos por Companhias e Cooperativas Habitacionais e entidades assemelhadas, restringindo o benefício aos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, razão pela qual se considera essencial a proposição do substitutivo anexo.

Atualmente o Sistema Financeiro da Habitação não está financiando moradias para a população de baixa renda, tarefa social que vem sendo cumprida pelas Cohab's, Companhias Habitacionais e organizações dessa natureza. Os financiamentos da casa própria concedidos pela Caixa Econômica Federal exigem renda significativa, o que inviabiliza a participação da população de baixa renda nesses financiamentos.

A Lei não pode ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este princípio está contido na Constituição Federal, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais, razão pela qual deve sempre estar na mente do legislador.

A população de baixa renda necessita de mecanismos que protejam os respectivos direitos e esta lei tem o propósito de resolver a questão da pessoa que a muito custo adquire uma casa popular, cujo pagamento em parcelas mensais é compatível com a renda familiar, mas não consegue registrar o imóvel em razão do valor das custas e emolumentos do registro de imóveis.

A União abriu mão da cobrança do INSS para a construção de casas populares pelo sistema de auto-construção. Há movimentos, em alguns municípios, no sentido de isentar esses imóveis do pagamento do ITBI.

Ao Estado cabe dar a sua contribuição, dentro da respectiva esfera de competência legislativa.

À União coube, segundo a Constituição Federal, legislar sobre as regras gerais que regem os Registros Públicos. Ao Estado cabe a organização e o funcionamento dos serviços notariais.

O artigo 236, § 2º, da Constituição Federal, dispõe que lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro.

A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, trata das normas sobre registro público e em seu artigo 290, trata de normas gerais sobre a cobrança de custas e emolumentos na aquisição da casa própria, quando for parte cooperativa habitacional ou entidade assemelhada.

O Artigo 290 da Lei de Registros Públicos tem o seguinte conteúdo:

“Art. 290 - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

§ 1º - O registro e a averbação referentes à aquisição da casa própria, em que seja parte cooperativa habitacional ou entidade assemelhada, serão considerados, para efeito de cálculo de custas e emolumentos, como um ato apenas, não podendo a sua cobrança exceder o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do maior valor de referência.

§ 2º - Nos demais programas de interesse social, executados pelas Companhias de Habitação Popular - Cohab's ou entidades assemelhadas, os emolumentos e as custas devidos pelos atos de aquisição de imóveis e pelos de averbação de construção estarão sujeitos às seguintes limitações:

a) imóvel de até 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área construída: 10% (dez por cento) do maior valor de referência;

b) de mais de 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) até 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) de área construída: 15% (quinze por cento) do maior valor de referência;

c) de mais de 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) e até 80m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) de área construída: 20% (vinte por cento) do maior valor de referência.

§ 3º - Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal.”

Compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios, de acordo com o artigo 12 da Constituição do Estado, inciso IX, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Compete ao Estado, concorrentemente com a União, segundo o artigo 13 da Constituição do Estado, inciso IV, legislar sobre custas dos serviços forenses.

“O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União” (Art. 13, § 1º, Constituição Estadual).

Portanto, o Projeto de Lei nº 59/99 não fere disposições de ordem constitucional ou legal e obedece à técnica legislativa. Cabendo tão somente serem feitas as correções no que se refere à isenção alcançar também as Cohab's, Companhias Habitacionais e organizações assemelhadas.

O alcance social dessa proposição é indiscutível e merece a aprovação urgente desta Assembléia.

Por sugestão da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, incluímos também o nome das companhias habitacionais no substitutivo ao Projeto de Lei.

No âmbito da competência desta Comissão e em razão da constitucionalidade e legalidade da matéria, somos de Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 059/99, com o substitutivo apenso, amplian- do

os casos de aplicação da lei, contemplando também os imóveis construídos por Companhias e Cooperativas Habitacionais e entidades assemelhadas.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 59/99

Art. 1º - Ficam isentos de custas e emolumentos o registro e a averbação referente a aquisição da casa própria, em que seja parte o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, Companhias e Cooperativas Habitacionais ou entidades assemelhadas, cujo imóvel não ultrapasse 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados).

Art. 2º - Ficam isentos do pagamento de custas e emolumentos o registro e a averbação de construção de imóveis que preencham as características discriminadas no artigo anterior cujos mutuários possuam instrumento particular de sub-rogação de direitos em contrato de mútuo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Marcos Isfer.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 059/99

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do eminente deputado Péricles Holleben de Mello visa isentar os mutuários do Sistema Financeiro Habitacional das taxas de registro habitacional.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer de lavra do eminente parlamentar deputado Antonio Carlos Belinati, opinando pela aprovação do projeto de lei através de Substitutivo Geral.

Da análise do mérito não se encontram elementos que possam impedir a tramitação legislativa do pretendido em tela em nos termos do Substitutivo Geral.

Assim somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 560, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, con-

stante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação do Projeto de Lei nº 059/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão.  
**Aprovação.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 059/99 para retorno do mesmo dia 17 do corrente mês.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 12, de 07.03.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 63/99

##### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação do ICMS.

##### Fundamentação

A proposição em tela visa dar condições ao Poder Executivo de desenvolver programas de incentivo à arrecadação de tributos em especial, o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

##### Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, entende não existir nenhum impedimento para a normal tramitação do Projeto de Lei nº 63/99, apenas apresentamos uma emenda modificativa ao artigo 1º, para melhor adequá-lo à técnica de redação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Cesar Seleme - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 063/99

O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 63/99, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programas de incentivo visando a melhoria da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.”

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 63/99

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 63/99 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a desenvolver iniciativas que estimulem a arrecadação de ICMS.

Em vista disso, e das sugestões que formula para obtenção desse intento, o mesmo reúne condições para ser apreciado e aprovado por esta Comissão, do ponto de vista dos interesses das finanças públicas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente e Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera a redação da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 082/99**

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 082/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera a redação da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e Constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 575 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de lei nº 082/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 082/99 por 10 (dez) sessões.

Pela Ordem, o deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Desculpe, não ouvi o que é que está sendo votado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

1ª Discussão do Projeto de Lei nº 082/99. Projeto de autoria de Vossa Excelência, que altera a Redação da Lei nº 12355, de 08 de dezembro de 1998.

Há um requerimento firmado pelo deputado Valdir Rossoni solicitando a retirada deste projeto por 10 sessões.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa Especial de Demissão Voluntária. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 097/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a Implantar Programa Especial de Demissão Voluntária.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 565 de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de lei nº 097/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 097/99 por 10 (dez) sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 561, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 562, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 563, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 564, 566, 567, 568, 569, 570, 571 e 580-A, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 572 e 573, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 576, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 577 e 578, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 056 e 070/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/2000.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 13, às 10h00 com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026 e 063/99 e do de Lei Complementar nº 142/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134, 144, 169, 231/99 e 028/2000.

Levanta-se a sessão.